



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

CONCURSO PÚBLICO CP/33/2025

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE NO JOUE

**PROCEDIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIGITALIZAÇÃO E CRIAÇÃO
DE UM REPOSITÓRIO DIGITAL DE FICHAS DE PRÉDIO, DESENVOLVIMENTO E
IMPLEMENTAÇÃO COM LIGAÇÃO À BDNCP**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1- Aquisição de serviços para digitalização e recolha de parte da informação das fichas de prédio do cadastro geométrico da propriedade rústica, organização do histórico dos prédios e desenvolvimento de aplicação web para pesquisa e exploração do repositório digital criado, e sua ligação à base de dados nacional de cadastro predial (BDNCP);
- 2- O concurso público internacional é o procedimento pré-contratual adotado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O código aplicável ao objeto do procedimento é o seguinte: 71354100-5 Serviços de cartografia digital.
- 4- Foi consultada a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público - DGAEP nos termos e para os efeitos do procedimento prévio de verificação de existência de trabalhadores em situação de valorização profissional, nos termos previstos no artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio e no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março, tendo sido emitida uma declaração de inexistência de trabalhadores nessa situação.
- 5- A presente aquisição enquadra-se no âmbito do Projeto 11963 - Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo "Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização e Ocupação do Solo", incluído no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

A entidade adjudicante é o ESTADO PORTUGUÊS, através da Direção-Geral do Território (DGT), sita na Rua Artilharia Um, 107, 1099-052 Lisboa, com o número de telefone 213 927 600 e o endereço de correio eletrónico compras.entidades@sg.pcm.gov.pt.

Cláusula 3.ª

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por Despacho da Diretora-Geral do Território, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, com o Despacho n.º 7966/2023, de 2 de agosto, e com o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Responsável pela direção do procedimento

No âmbito do presente procedimento, pelo mesmo despacho foi designado o responsável pela direção do procedimento, Rui Rodrigues, e, em suplência, nas suas faltas e impedimentos, Inês Matos.

Cláusula 5.ª

Preço Base

1 - O preço base global do procedimento é de 500.000 EUR (quinhentos mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, despesas com seguros de acidentes de trabalho ou outros obrigatórios por lei, bem como quaisquer encargos decorrentes da execução do contrato a celebrar.

Cláusula 6.ª

Documentos da proposta

1- A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/2007 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborado



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

através do site <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>, em formato não editável do tipo pdf;

- b) Proposta de preço total, para a prestação do serviço, em euros, o qual deve ser apresentado até às duas casas decimais e não deve incluir o valor do IVA, e indicação da taxa de IVA aplicável;
- c) Proposta técnica, incluindo a descrição detalhada da abordagem metodológica a desenvolver de forma a responder às especificações técnicas;
- d) Proposta de organização, composição, qualificação, competências técnicas e experiência da equipa a afetar à execução do contrato;
- e) Apresentação do plano de trabalhos em conformidade com os serviços a executar, os produtos a entregar e o plano de pagamentos, descritos no caderno de encargos e nas especificações técnicas;
- g) Qualquer outro documento que o concorrente entenda apresentar por o considerar necessário ao esclarecimento da sua proposta.

2 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, admitindo-se o recurso a língua inglesa ou estrangeirismos nos documentos indicados no número anterior, com exceção do documento da alínea a).

3 - Não são admitidas propostas variantes.

4 - Caso a concorrente revista a forma de agrupamento, a respetiva proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

Cláusula 7.ª

Modo de apresentação das propostas

1- Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida na cláusula seguinte, devendo ser assinados eletronicamente.

2- A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:

- a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

3- O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento, dotado de fé pública, que permita



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

4- No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula.

Cláusula 8.ª

Prazo para apresentação das propostas

As propostas podem ser apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, www.acingov.pt, até às 23:59:59 horas do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

Cláusula 9.ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Cláusula 10.ª

Esclarecimentos

1- Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação de eventuais erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica acinGov até ao termo do 1/3 do prazo para apresentação das propostas.

2- Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.

3- A entidade adjudicante pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.

Cláusula 11.ª

Critério de adjudicação

1- A adjudicação será feita, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de monofator “preço” nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

artigo 74.º do CCP.

2- Em caso de empate após aplicação do critério de adjudicação fixado no ponto anterior, será utilizado como critério de desempate o sorteio.

3- Serão convidados a assistir ao sorteio, com um prazo de 3 (três) dias úteis de antecedência, os representantes de cada um dos concorrentes cujas propostas estejam empatadas.

4- A falta de um ou mais dos representantes mencionados no ponto anterior não constitui impedimento para a realização do sorteio.

Cláusula 12.ª

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Cláusula 13.ª

Caução para Garantir o Cumprimento de Obrigações

Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos do previsto no artigo 90.º do CCP

Cláusula 14.ª

Documentos de habilitação

1- O adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica acingov no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXO II do CCP, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b) Certificados do registo criminal da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Documentos comprovativos, no que se refere às alíneas d) e e) do artigo 55.º do CCP, de que tem a sua situação regularizada relativamente a:
 - i. Contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

ii. Impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;

e) Declaração do beneficiário efetivo no âmbito do RCBE, estabelecida pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto e regulamentada pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, e pela Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho, se aplicável.

2- Quando os documentos referidos no número anterior se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário poderá, em substituição da apresentação da sua reprodução, autorizar a consulta da informação e indicar os dados necessários para a sua consulta.

3- O prazo para supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 3 (três) dias úteis a contar da respetiva notificação.

4- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, deverá enviá-los para o seguinte endereço de correio eletrónico: compras.entidades@sg.pcm.gov.pt.

Cláusula 15.ª

Outras disposições

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma eletrónica identificada na cláusula 7.ª e 8.ª do presente Programa, nos termos dos artigos 468.º e 469.º do CCP.

Cláusula 16.ª

Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem de prazos previstos no presente Programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissivo o presente Programa e/ou o Caderno de Encargos do presente procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

Anexo: Caderno de encargos do procedimento.